

RAÇA, COR E ESCOLARIDADE: RELAÇÕES E DESAFIOS

Adrielle Regina Marcato¹
Sara Cristina de Oliveira Rocha²
Taini Gonzaga Visconsini³
Vivianne Augusta Pires Simões⁴

MARCATO, A. R.; ROCHA, S. C. de O.; VISCONSINI, T. G.; SIMÕES, V. A. P. Raça, cor e escolaridade: relações e desafios. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 15, n. 1, p. 127-138, jan./jun. 2015.

RESUMO: O presente artigo é uma revisão bibliográfica, com o propósito de realizar uma reflexão sobre a desigualdade existente entre raça e cor quando se fala em educação. Apontar, mesmo com poucas pesquisas realizadas sobre o tema, o quanto a sociedade tenta mascarar essa desigualdade racial balizando como se essa desigualdade fosse por causa das diferenças socioeconômicas. E o quanto, muitas vezes, o sistema educacional e os funcionários desses sistemas não estão preparados para trabalhar sobre o tema racismo, e fazer com que seus alunos se sintam pertencentes ao sistema educacional. Conseqüentemente, essa desigualdade racial acaba afetando à entrada das pessoas pretas e pardas no mercado de trabalho por terem uma baixa escolaridade em relação aos brancos. Essas pessoas com baixa escolaridade sujeitam-se a trabalhar com um salário muito inferior que os salários dos brancos, por não terem qualificação necessária.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema educacional; Desigualdade racial; Mercado de trabalho.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia da Unipar. Endereço Estrada Circular Lote 7:A, Zona Rural, Altônia PR, CEP: 87550-000. E-mail: dri_marcato2@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Pedagogia da Unipar. Endereço Rua Pedro Segura Alda nº 930 Zona Urbana, Altônia PR, CEP: 87550-000. E-mail: saracristina.oliveira@hotmail.com

³Acadêmica do Curso de Pedagogia da Unipar. Endereço São Henrique nº 624, Zona Rural, São Jorge do Patrocínio PR, CEP: 87555-000. E-mail: taini_gonzaga@hotmail.com

⁴Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU, docente na UNIPAR – Campus Umuarama – Pr E-mail: vivianne@unipar.br

RACE, COLOR AND EDUCATION: RELATIONSHIPS AND CHALLENGES

ABSTRACT: This article is a literature review, with the purpose of making a reflection on the inequality between race and color regarding education. The objective is to highlight, even if with only a few studies on the topic, how much society tries to mask this racial inequality as if it was caused by socioeconomic differences. And how, many times, the educational system and the employees of this system are not prepared to work on the subject of racism, in order to make their students feel as they belong to the educational system. Consequently, this racial inequality ultimately affects the entry of black and mulatto people in the labor market by having a low education level in relation to Caucasians. In turn, these people with low educational levels are subject to work for a lower salary than the ones paid for Caucasians for not having the required qualification.

KEYWORDS: Educational system; Racial inequality; Labor market.

RAZA, COLOR Y ESCOLARIDAD: RELACIONES Y DESAFÍOS

RESUMEN: Este artículo es una revisión bibliográfica, con el fin de llevar a cabo una reflexión sobre la desigualdad existente entre la raza y el color cuando se trata de la educación. Incluso apuntar con poca investigación sobre el tema, el cuanto la sociedad intenta enmascarar esa desigualdad racial, bautizando como si esa desigualdad fuera debido a las diferencias socioeconómicas. Y con qué frecuencia el sistema educativo y el personal de esos sistemas no están preparados para trabajar sobre el tema del racismo, y hace con que sus estudiantes se sientan pertenecientes al sistema educativo. En consecuencia, esa desigualdad racial acaba afectando la entrada de negros y pardos en el mercado de trabajo, por tener un bajo nivel de escolaridad en comparación con los blancos. Esas personas con bajo nivel educativo están sujetas a trabajar con salarios mucho más bajos que los blancos, por no tener cualificación necesaria.

PALABRAS CLAVE: Sistema educativo; Desigualdad racial; Mercado de trabajo.

INTRODUÇÃO

Devido à história do negro no Brasil, e sua não valorização pela sociedade, criou-se uma desigualdade racial, fazendo com que os negros ficassem a mercê da própria sorte. O Brasil é um país com muitas potencialidades, muitas riquezas de culturas diferenciadas, com a vinda de muitos povos para cá. Mas a sociedade apenas valorizou as culturas europeias, deixando de lado a cultura afro-descendente e mais, não inserindo esse povo nas relações sociais do país, excluindo-os de direitos fundamentais para todas as pessoas, não os deixando “serem livres”, ou seja, de certa forma os negros ainda continuam sendo escravos da sociedade da qual os fazem se submeter a vontade dos brancos.

Por causa dessa desigualdade existente na sociedade, os negros acabam sendo excluídos até do direito de conseguir ter sucesso em suas vidas, onde os povos brancos os impedem de buscar o melhor para si e para sua família, pois como os brancos, necessita de uma qualificação, mas devido à desigualdade racial os negros muitas vezes não conseguem acesso e qualidade educacional da mesma forma que os brancos, sendo obrigados a se submeterem à empregos exaustivos e com uma baixa remuneração devido a sua baixa formação.

RAÇA/COR X ESCOLARIDADE NO BRASIL

É possível perceber que no Brasil quanto se fala em cor/raça e escolaridade, existe uma grande lacuna separando-os, pois os pretos e pardos são vistos como seres que não possuem acesso às escolas da mesma forma como os brancos, devido à história do negro em nossa sociedade, que mesmo depois de muitas mudanças sociais continuam vendo os negros como sujeitos sem direitos.

O Brasil está entre as maiores potências econômicas do mundo, e por várias décadas foi considerado, o país da “democracia racial” (p. 02). O regime de segregação racial legal, não foram solidificados, assim a realidade brasileira é outra. O Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana no mundo. E após a abolição não houve nenhuma forma de incluir os ex-escravos na sociedade, tornando-os os marginalizados em relação ao sistema econômico. E na segunda

metade do século XIX o governo brasileiro estimulou a vinda dos povos europeus para o Brasil, com a intenção de tornar o país com menos pessoas negras (HERINGER, 2002, p. 02).

E a estrutura social do Brasil modificou-se nos últimos 30 anos devido ao movimento frenético dos processos de industrialização e urbanização. E assim por meio de estudos empíricos, pode-se observar que a população preta e parda (ou não branca), está em desvantagens sócio-econômicas, no que se refere à dimensões demográficas e qualidade de vida, em números como a mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascerem, oportunidades de mobilidade social, participação no mercado de trabalho e na distribuição de renda. Ou seja, podemos concluir que os níveis crescentes de industrialização e urbanização não eliminam os efeitos de raça ou cor, gerando assim uma desigualdade social (HASENBALG; SILVA, 1990, p. 06).

Em diversos países da América Latina, inclusive no Brasil, a classificação de raça sustenta-se tanto na aparência, que são as características fenotípicas, como por exemplo, a cor da pele e o tipo de cabelo, quanto na ascendência, o status socioeconômico da pessoa. Com isso a classificação racial no Brasil pode ultrapassar a linha da cor por causa da combinação entre aparência e status social, assim a cor seria apenas um elemento na construção social (CARVALHO, 2005, p. 02). De acordo com Araújo (1987) apud Carvalho (2005, p. 02) a cor no Brasil é uma comparação que marca diferenças e desigualdades com base na raça.

E para Telles (2003) apud Carvalho (2005, p. 02) a desigualdade e discriminação racial dependem de terceiros para a realização da categorização racial, isso raramente são consideradas nas análises sociológicas, onde a raça é tomada como sendo fixa ou essencial. “Embora a sociologia moderna aceite amplamente a ideia de que o conceito de raça é construído socialmente e é portador de ambiguidades, raramente essa ideia é incorporada na análise sociológica” (TELLES, 2003, p. 113 apud CARVALHO, 2005, p. 02).

Assim, algumas pesquisas sociológicas a respeito de educação, apontam que as áreas mais consagradas das ciências sociais têm negligenciado as dimensões raciais e as oportunidades educacionais em diferentes grupos da população. Os estudiosos do tema simplesmente ignoram que a cor e a raça possam ser determinantes da escolaridade onde a evasão e a

repetência no ensino de 1º grau, não mereçam atenção em suas pesquisas. Como se o Brasil fosse uma sociedade racialmente homogênea e que as desigualdades existentes fossem por causa das desigualdades socioeconômicas (HASENBALG; SILVA, 1990, p. 06).

Mas os alunos negros enfrentam dificuldades para permanecerem na escola, sendo os que apresentam as maiores taxas de evasão e repetência. As pesquisas têm concluído que o rendimento escolar da criança negra acaba sendo condicionado por processos intra-escolares, pois mesmo quando o nível socioeconômico das famílias são equivalentes, ainda assim, os negros, muitas vezes, apresentam uma trajetória escolar diferenciada, ou seja, o sucesso do aluno negro é menor que dos alunos brancos na escola (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA; RODRIGUES, s/data, p. 4).

Hasenbalg e Silva (1990, p. 06) falam acima sobre as negligências em pesquisas, o cenário das mesmas só começou a mudar em um período muito recente, por causa da ação de ativistas negros e educadores no sentido de detectar e apontar conteúdos racistas transmitidos pelo sistema formal de ensino. Esses estudiosos e ativistas por meio de publicações, seminários e pesquisas têm demonstrado uma grande preocupação em relação à estrutura curricular das escolas, onde estas excluem temas como a história da África e do negro no Brasil e ainda a forma estereotipada e preconceituosa como o negro é apresentado nos livros didáticos. E a partir dessas iniciativas um espaço para debates e discussão do racismo na educação tem tido uma abertura para acontecer.

De certa forma, é uma excelente maneira de fazer com que os pretos e pardos conquiste seu espaço na sociedade e conseqüentemente os brancos conheçam sua história e todos possam participar de debates em relação ao racismo.

Pois, de acordo com Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (s/data, p. 04) os equipamentos de ensino não acolhem as diferenças e as particularidades culturais das crianças negras dificultando assim a sua permanência nas escolas. Em pesquisas as escolas são apresentadas como sendo uma base conservadora e excludente pautando-se em modelos curriculares que poderíamos denominar “embranquecido” (p. 04) frente à ausên-

cia de conteúdos que contribui para que os negros possam se identificar e também pelo silêncio da equipe pedagógica sobre a importância das questões raciais.

E em outros estudos sobre mobilidade social, autores apontam para duas tendências dos grupos de cor, primeiro os pretos e pardos obtêm níveis escolares consideravelmente inferiores que os brancos da mesma origem social e o segundo grupo, os retornos à escolaridade adquirida tende a ser proporcionalmente menores para os pretos e pardos em relação aos brancos em termos de entrada ocupacional e renda. Essas duas tendências tendem a isolar os não-brancos na base da hierarquia social, beirando suas realizações educacionais à dos degraus inferiores do sistema de classes. Sendo que a primeira tendência alerta para o fato de que, ao longo de seus caminhos educacionais, pretos e pardos estão expostos à desvantagens ligadas a sua adscrição racial (HASENBALG; SILVA, 1990, p. 06).

Além das desigualdades raciais quanto à educação, ou seja, as baixas escolaridades das pessoas pretas e pardas por causa do difícil acesso às escolas, podemos ver também que tais desigualdades são acentuadas pela baixa qualidade de serviços escolares oferecidos a este grupo (ROSEMBERG; PINTO, 1997, p. 05).

Essa questão é ainda vista na pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, para diagnosticar a situação educacional do negro em São Paulo, onde tinha por investigações se as circunstâncias de permanência e acessos nas escolas são iguais para crianças e jovens brancos e negros e verificou-se ainda que controlando o rendimento familiar per capita, a taxa de escolarização de negros é inferior que às do branco e maior proporção de alunos negros frequentam as escolas que oferecem cursos com menor número de horas/aulas (ROSEMBERG, 1986, cap. 3 apud HASENBALG; SILVA, 1990, p. 06).

Os dados oficiais disponíveis sobre os níveis de instrução atingidos pela população brasileira segundo a cor são mais do que eloquentes para caracterizar a desigual apropriação das oportunidades educacionais por parte de brancos e não brancos e os efeitos acumulados da discriminação racial no âmbito da educação forma. Em 1980 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 a 64 anos de idade era de 14,5% entre os brancos e

36,5% para pretos e pardos. No extremo oposto da pirâmide educacional, 4,2% de brancos e apenas 0,6% de não-brancos tinham obtido um diploma de nível superior. Em resumo, não só a taxa de analfabetismo dos não-brancos é mais de duas vezes superior à dos brancos, como os membros desse último grupo contam com probabilidade sete vezes maiores de completar outros estudos universitários (HASENBALG; SILVA, 1990, p. 06) .

Podemos concluir com o que o autor acima nos traz, que as desigualdades educacionais no Brasil não são por causa da desigualdade socioeconômica, mas sim devido às desigualdades raciais existentes em nossa sociedade. Sendo que os não-brancos ingressam nas escolas tardiamente, e que a população negra que não possui acesso às escolas, são três vezes maiores que as dos brancos. Com tudo as desigualdades educacionais não podem ser elucidadas por fatores regionais, nem pelas condições socioeconômicas das famílias. Mesmo que tais situações socioeconômicas possam reduzir a dimensão de crianças que não possuem acesso à escola independentemente de sua cor.

REFLEXO DA BAIXA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Percebe-se que no Brasil, por causa da desigualdade educacional entre brancos e pretos e pardos, começam, ocasionar um negativo reflexo no quadro ocupacional e de salários dos pretos e pardos em relação aos brancos. Kaufmann (2007, pg. 256), ao analisarmos o índice desses problemas em que as pessoas negras e pardas sofrem com relação aos brancos no Brasil, é evidente que atinge e impede que os negros e pardos possam ter o mesmo acesso comparado aos dos brancos, podemos citar o mercado de trabalho e o ingresso nas universidades, isso acaba acontecendo por causa da discriminação e do preconceito feito pelas pessoas, ou seja, impedir que os negros e pardos consigam se destacar no meio social onde estão inseridos. Com a baixa escolaridade os pretos e pardos acabam ficando com os serviços menos remunerados, pois os empregadores alegam que tais serviços têm um salário baixo porque não necessita de qualificação, outra desigualdade também observada em algumas pesqui-

sas é a discriminação entre os sexos. E conseqüentemente, isso gera uma corrente hereditária, sendo que famílias com baixa escolaridade terão filhos com baixa escolaridade.

Existem poucas pesquisas que contemplem a questão da mulher em relação a sua escolaridade, mas com os poucos estudos e dados divulgados pode-se observar que a mulher e principalmente a mulher negra possui uma baixa escolaridade devido ao passado, onde o governo dava à mulher um papel relevante na sociedade, onde esta tinha funções e comportamentos ligados ao casamento e a maternidade e conseqüentemente as mulheres negras, principalmente, não necessitavam de escolarização ao ver da sociedade (ROSEMBERG; PIZA, 1995/1996, p. 03).

Abramo (2006, p. 01 e 02) identificou ainda várias formas de discriminação no mercado de trabalho brasileiro que não se refere apenas à cor, mas também a outros meios que causam discriminação, na qual acabam criando obstáculos para alguns grupos da sociedade. Algumas pesquisas mostram que a desigualdade no Brasil é causada entre ambos os sexo, mas que as mulheres negras têm uma dupla discriminação, apresentando assim desvantagem em todo o meio social e mercado de trabalho, isso nos mostra que mulheres mais pobres, são as que têm menos escolaridade, e sendo ainda inferiores às mulheres de mais escolaridade, ou seja, elas buscaram meios para a permanência e a inserção no mercado de trabalho. A desvantagem de emprego para mulheres negras é quase o dobro para os homens brancos, o mesmo acontece com os homens negros, referindo-se à remuneração.

Mas, ainda antes da constituição brasileira de 1988 o ensino básico e público era obrigatório para todos os indivíduos, tanto no governo federal, nos estados e municípios, mas essa totalidade acaba gerando uma desigualdade entre os níveis de ensino por meio do fator econômico e social, (SCALON 1999; PASTORE; SILVA, 2000; FIGUEIREDO SANTOS, 2002 apud SOARES e ALVES, 2003, p. 04). Segundo Rosemberg e Piza (1995-1996, p. 05) as desigualdades educacionais podem estar pautadas devido às desigualdades encontradas nas regiões, ou seja, as região sul, sudeste e região de São Paulo possuem melhores condições educacionais do que a região nordeste, sendo que esta última região é povoada principalmente por negros e pardos.

Nogueira (1996, 2000, 2003) apud Soares e Alves (2003, p. 06)

nos mostra fatores que apresentam indicadores do desempenho dos alunos, referente à discriminação entre raça e cor, na qual os brancos não possuem uma desigualdade tão diferente ao se relacionarem com os negros, embora não tenham um consenso da realidade dessa desigualdade e diferença entre os alunos, incluindo nesse perfil um índice de indicadores de renda, cultura familiar e a realidade da educação. Podemos analisar que os estudantes com renda familiar mais alta, possui um grau mais elevado de educação, ao compararmos com os de família de classe média e baixa, ou seja, os alunos brancos são predominantes no impacto da educação ao compararmos com os negros.

Uma análise desse método pode ser lidada com vários tipos de variáveis e respostas juntamente com influências e fatores, ou seja, esses efeitos são causados por impactos entre os alunos e suas diferenças raciais, onde não podemos tratar apenas das características sociais ou cognitivas dos alunos, mas sim de uma verificação dessas decorrências (BRYK; RANDESBUSH, 1992 apud SOARES; ALVES, 2003, p. 08).

A partir desses impactos decorrentes das diferenças raciais, notamos que no ensino superior brasileiro é encontrado desafios e soluções para a desigualdade racial, para a sua permanência dentro dessas instituições, com isso o ministério da educação vem criando caminhos para que esse sujeito permaneça estudando, alguns desses caminhos são: cursinhos e pré-vestibular comunitários para alunos negros e carentes, juntamente com bolsa de estudos, isenção da taxa de inscrição para vestibular, incluindo ainda as chamadas cotas raciais, na qual setes universidades públicas do país já as utilizam. Essa desigualdade racial não é momentânea, isso nos mostra que desde 1968 o ministério do trabalho também vem estudando uma lei na qual a empresa privada é obrigada a contratar certa porcentagem de negros em suas empresas, mas esta lei não chegou nem ser elaborada (SANTOS, 1999 apud MOEHLECKE, 2004).

Silva (2003, p. 49), aponta uma relação de muitas críticas no meio social, principalmente quando realça a cor negra, pois eles não são vistos com bons olhos no meio onde estão inseridos, isso acaba não permitindo o envolvimento dos mesmos em algumas atividades, fazendo assim, uma desigualdade em seu desenvolvimento, ou seja, a sociedade deveria de fato buscar reconhecer todos os tipos de cultura, principalmente quando nos referimos à trabalho e o aperfeiçoamento do ensino.

Com isso, as pessoas de cor continuam sofrendo discriminação, em questão de desigualdade socioeconômica e pobreza, não que seja um país pobre, mas sim de um país injusto, gerando muitas vezes, conflitos e exclusão no reconhecimento à cidadania para todos, oportunidade e direitos à novos horizontes, impedindo um crescimento e progresso social das potencialidades das pessoas negras, ou seja, a pessoa negra continua sendo a segunda opção na contratação em uma empresa (HENRIQUES, 2001, p. 04).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa revisão bibliográfica foi o de compreender as desigualdades que existem entre cor/raça em nosso país, e por meio dela buscar caminhos para conseguirmos uma igualdade para os negros em nossa sociedade. Independentemente de sua cor/raça os mesmos têm direitos e cabe à sociedade buscar soluções para esses problemas, tanto no mercado de trabalho como no ambiente escolar e na oferta de todos os tipos de oportunidade, na qual não devemos classificar as pessoas por cor/raça e sim por suas potencialidades, conhecimento, pois cada ser humano tem algo a oferecer.

É muito difícil ver que um país tem capacidade de igualdade para todos, mas que na realidade não acontece, ou seja, temos que valorizar todos os indivíduos, pois cada um tem a sua forma de ser e de viver, e cor/raça não justifica nada, assim devemos trabalhar com nossos alunos logo nas séries iniciais, todos os tipos de cor/raça existente em nosso meio social, pois a partir daqui vão crescendo com uma visão diferente com relação às pessoas negras, não igual a que está exposta nos textos, de que pessoas negras eram apenas pra serem escravas e sim podendo ter uma vida igual à das pessoas brancas e fazendo com que os alunos negros que provavelmente teremos em nossas salas de aulas sejam pertencentes a um ambiente com menos desigualdade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo, 2006. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009->

-67252006000400020&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2014.

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F.; RODRIGUES, T. C. **A criança negra, uma criança e negra**. Disponível em: <http://baseprod.cndp.fr/revueVEI/158/varia_en_ligne_A_CRIANCA_NEGRA.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. São Paulo, 2005. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a07n28.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. São Paulo, 1990. **Cad. Pesq.** v.73, p. 5-12. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/854.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 57-65, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

HENRIQUES, R. **Desigualdades raciais no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1968/1/TD_807.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

KAUFMANN, R. F. M. **Ações afirmativas à brasileira**: necessidade ou mito? uma análise histórica-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil, Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2007.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre excelência e a justiça racial. Campinas, 2004. **Educ. Soc.** v. 25, n. 88, p. 757-776. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a06v2588.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R. P. **Criança pequena e raça na PNAD 87**.

São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1997.

_____. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, p. 110-121, 1995/1996.

SILVA, P. B. G. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília, 2003.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. São Paulo, 2003. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 147-165. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a11v29n1>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Recebido em: 05/12/2014
Aprovado em: 07/04/2015